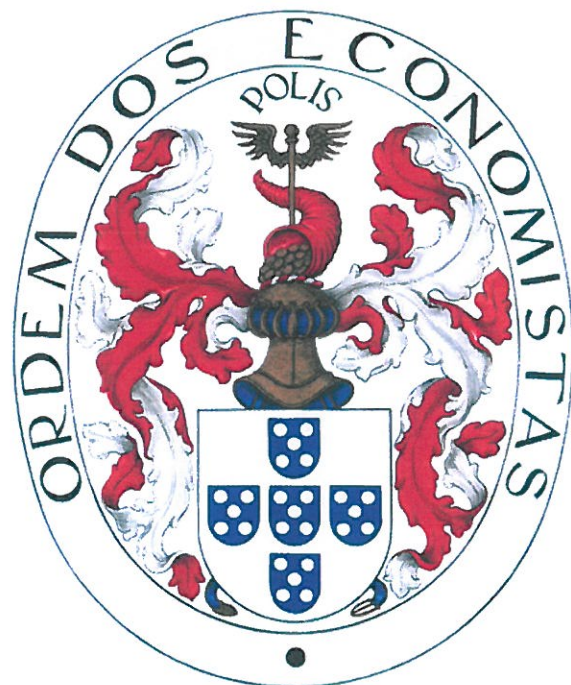


ORDEM DOS ECONOMISTAS



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2013

LISBOA, MARÇO DE 2013

Índice

Mensagem do Bastonário	3
I – Enquadramento Macroeconómico.....	4
II – Actividades Desenvolvidas.....	7
III – Caracterização da Ordem.....	15
IV – Análise da Situação Económica e Financeira.....	17
V – Resultado do Exercício	19
Demonstrações Financeiras	20
Anexo às Demonstrações Financeiras	24

Mensagem do Bastonário

O Relatório e Contas que a Direcção da Ordem dos Economistas apresenta refere-se ao último exercício do mandato de três anos que recebeu dos seus Membros. Na verdade, completa-se assim este ciclo trienal em que pretendemos manter os objectivos que presidiram à criação da Ordem, honrar o trabalho desenvolvido pelos anteriores Bastonários e suas equipas e adaptar esta Associação Profissional aos tempos que correm, quer no que respeita à entrada de novos Membros, quer às actividades desenvolvidas que devem corresponder àquilo que são os interesses e necessidades dos Associados.

Houve um rejuvenescimento da Ordem, patente na distribuição etária dos Membros, estivemos abertos às questões fundamentais em tempos difíceis, lançamento da Bolsa de Emprego, início dos trabalhos para o lançamento do E-learning, discussão dos temas ligados à economia portuguesa, ao seu enquadramento europeu, à evolução da Europa, ao crescimento necessário e às questões sociais.

Aguardando a publicação dos nossos Estatutos, a ocorrer em 2014, na sequência de uma imposição da Troika inserida no PAEF, a Ordem espera tranquilamente o momento eleitoral que se vai seguir e espera continuar independente e autónoma a cumprir os objectivos da sua criação.

Agradecemos, neste momento, o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores da Ordem ao longo do ano bem como o acompanhamento que a Direcção tem tido da parte dos Membros.

Lisboa, 5 de Março de 2014



Rui Leão Martinho
(Bastonário)



I – Enquadramento Macroeconómico

Em 2013, assistiu-se a um ligeiro abrandamento da economia mundial, com destaque para a continuação de um fraco crescimento das economias avançadas, especialmente da área do euro, e para um menor dinamismo dos países emergentes e em desenvolvimento.

Porém, a economia mundial, manteve uma trajectória de recuperação, mais evidente no 2º Semestre, nos EUA (apesar das dificuldades verificadas no processo de aprovação orçamental) e na maior parte da Europa.

De acordo com as estimativas mais recentes divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional, a economia mundial terá registado um crescimento de cerca de 3%, próximo do observado no ano anterior, consequência de elevados níveis de desemprego nalgumas regiões, dos ajustamentos em curso em diversas economias com influência no PIB mundial e da queda do preço das matérias-primas.

Já nos EUA, a actividade económica manteve uma expansão relativamente moderada, assente num forte crescimento da procura interna privada, apoiada pelo fortalecimento do mercado de habitação e por uma evolução favorável do mercado de trabalho. No conjunto de 2013, segundo dados revelados pelo Departamento do Comércio dos Estados Unidos, a economia registou uma expansão de 1,9%, representando um abrandamento face ao verificado no ano anterior, que se situou em 2,2%.

A China, segunda maior economia mundial e primeiro exportador, teve um crescimento de 7,7% (menos 0,1% que o ano anterior), mas excedendo a meta inicialmente indicada pelo Governo.

No conjunto do ano de 2013, o PIB na zona da OCDE aumentou 1,3%, depois de um recuo de 1,5% registado em 2012.

Na Europa, o ano ficou marcado pela diminuição dos receios em torno da crise da dívida soberana, não obstante a crise no Chipre, na qual é de destacar o acordo de assistência financeira negociado entre a Comissão Europeia, o FMI e o Governo cipriota.

Assim, foi possível a criação de expectativas de um crescimento mais sustentável na Europa, devido à mudança positiva verificada a partir do segundo trimestre do ano, em

conjunto com a correcção substancial dos desequilíbrios macroeconómicos em diversos Estados Membros.

Momento importante do ano foi o fim do programa de resgate irlandês, em Dezembro de 2013, com o seu cumprimento integral e sem recurso a qualquer programa cautelar. Destaque também para os desenvolvimentos com vista à criação do mecanismo único de supervisão bancária, no sentido de reforçar a coordenação das políticas económicas, a consolidação orçamental e a estabilização financeira.

Contudo, o desemprego na Europa continua a ser preocupante, tendo atingido o nível mais elevado desde o verão de 1990, com uma taxa praticamente inalterada em 12,1% ao longo de todo o ano.

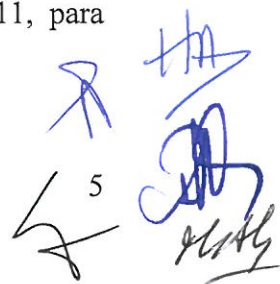
Já a área do Euro, e de acordo com as estimativas de Outono da Comissão Europeia, a economia manteve-se em contracção, mas de forma menos acentuada. Desta feita, registou-se uma recessão de 0,4%, após a queda de 0,7% no ano anterior, consequência dos efeitos das duras políticas de cortes de gastos públicos impostas aos países da região pela Troika (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu).

É de evidenciar, que no último trimestre do ano, o PIB dos 18 países que partilham o euro cresceu 0,5% face ao período homólogo de 2012, e que as seis primeiras economias da zona euro registaram, pela primeira vez em três anos, um crescimento do PIB.

A economia portuguesa foi em 2013 dominada pelo impacto das medidas resultantes do Memorando de Entendimento celebrado com a Troika em 2011. Porém, o seu desempenho neste ano foi superior ao previsto, tendo o PIB iniciado uma trajectória crescente a partir do segundo trimestre.

De destacar o comportamento positivo das exportações, o reforço da poupança interna, a melhoria dos indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários, e a grande importância da evolução favorável dos principais indicadores orçamentais.

A dívida das administrações públicas fechou o ano nos 129% do PIB, segundo dados do Boletim Estatístico do Banco de Portugal, tendo o rácio da dívida pública em percentagem do PIB mantido a sua tendência de aumento (108,3% em 2011, para 124,1% em 2012).



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page. There are several distinct marks, including what appears to be a stylized signature and some initials.

Depois de no primeiro trimestre, a taxa de desemprego se situar nos 17,7 %, no segundo trimestre nos 16,4 %, e no terceiro trimestre nos 15,6%, segundo dados do INE, o ano acaba com uma taxa de 15,3%, mostrando alguns sinais de melhoria.

Já a economia caiu 1,4% no conjunto de 2013, mas comparativamente com o trimestre anterior, apesar de se ter registado um valor negativo no primeiro trimestre do ano (0,4%), o PIB registou uma tendência de crescimento de 1,1% no segundo trimestre, 0,3% no terceiro trimestre e 0,5% no último.

No âmbito da décima avaliação trimestral do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, as equipas da UE e do FMI salientaram que o crescimento da economia portuguesa está em linha com as projecções e que o desemprego decresceu mais do que o esperado. O ajustamento externo foi também avaliado de forma favorável.

A situação económica em Portugal nos próximos tempos continuará a estar muito dependente das restrições orçamentais e de financiamento. Neste ano, é de registar a incerteza associada à conclusão dos primeiros três anos do programa de ajustamento no final do primeiro semestre, com consequências a nível da viabilidade do financiamento autónomo do Estado, bem como a nível do custo desse financiamento.

HA
6
K
KLAG

II – Actividades Desenvolvidas

No âmbito das linhas programáticas da Direcção para o mandato 2011/2013, assim como do Plano de Actividades para 2013, a Ordem levou a efeito, neste segundo ano do seu mandato, um conjunto de iniciativas e de realizações, das quais destacamos:

1. Reforço da prestação de serviços aos Associados e incremento dos benefícios e parcerias

Procedeu-se à actualização do “Guia dos Protocolos” - disponível no portal da Ordem - o qual atingiu os 468 acordos, abrangendo os mais diversos bens e serviços.

2. Bolsa de Emprego, Primeiro Emprego e Estágios

Atendendo à elevada taxa de desemprego no país, a Ordem dedicou especial atenção à Bolsa de Emprego, tendo consolidado os acordos com as empresas Hays e Michael Page para a disponibilização através do portal da Ordem de anúncios de oferta de emprego.

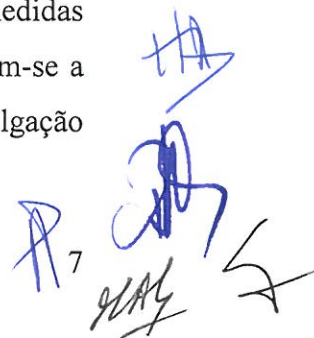
3. Aproximação às Universidades e fortalecimento do relacionamento com as Associações Estudantis

No decurso de 2013, foi mantido o estreito relacionamento com a AIESEC - Associação Internacional dos Estudantes de Economia, de cujo Conselho Consultivo é membro o nosso Bastonário, tendo as instalações da Sede acolhido as reuniões da AIESEC.

4. Aprofundamento e cooperação com outras Instituições e Entidades nacionais e internacionais

4.1 Na sequência do desenvolvimento do projecto iniciado em 2011 e designado por “Portugal: Missão Crescimento”, foi criada em 20 de Maio de 2013 a Associação Missão Crescimento.

Esta Associação, sem fins lucrativos, tem como membros fundadores o Fórum de Administradores de Empresa, a Ordem dos Economistas, a Ordem dos Engenheiros, o Projecto Farol e a Associação Comercial do Porto e tem como objectivo dinamizar o debate e promoção de iniciativas que visem a identificação de acções e medidas concretas para o crescimento da economia portuguesa. Entre essas acções contam-se a publicação trimestral de um Boletim temático, realização de workshops e divulgação



pública das medidas que a Associação considerou cruciais para o incremento do crescimento económico.

4.2 Manteve-se o relacionamento com o Colégio dos Economistas de Espanha, com vista à promoção do debate e realização de iniciativas conjuntas relacionadas com a situação económica e social em Espanha, que culminou com a realização do I Seminário Ibérico de Economistas, que decorreu em Madrid, em Setembro passado.

4.3 A Ordem manteve a participação regular nas reuniões do CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais, onde são tratados os assuntos de interesse para as Ordens Profissionais.

5. Prémio “Excelência Jornalismo Económico”

Pelo terceiro ano consecutivo, e com o patrocínio do Banco Espírito Santo, a Ordem atribuiu o “Prémio Jornalismo Económico”, com o qual se pretende distinguir os jornalistas que se dediquem predominantemente à análise especializada das questões da economia, das finanças e das empresas, e cujo contributo para o jornalismo económico no ano precedente se tenha destacado.

O Júri, presidido pelo Bastonário e pelos Colegas Daniel Bessa, Miguel Cadilhe, António de Sousa e Eduardo Catroga, atribuiu em 2013 o prémio à jornalista Helena Garrido, do Jornal de Negócios.

A cerimónia para a entrega do “Prémio Excelência no Jornalismo Económico” ocorreu no dia 9 de Outubro 2013, no Jantar de Gala realizado no âmbito do 5º Congresso Nacional dos Economistas, que contou com a participação de Francisco Pinto Balsemão numa breve alocução sobre “A Importância do Jornalismo Económico”.

6. Prossecução do processo de Regionalização da Ordem

Foi mantido e reforçado o apoio às iniciativas das Delegações Regionais, bem como à Comissão Instaladora da Delegação Regional do Algarve, nomeadamente através da participação do Bastonário em actividades locais.

7. Modernização dos Serviços da Ordem

Foi lançado o novo layout do portal da Ordem e consolidou-se o trabalho de racionalização e modernização dos Serviços.



8

8. Publicações

No seguimento do acordo com a Polimeios, empresa editora dos Cadernos de Economia e de O Economista-Anuário da Economia Portuguesa, estas publicações passaram a ser disponibilizadas online no portal da Ordem, gratuitamente e em exclusivo para os seus membros.

9. Participação em debates televisivos e programas de divulgação económica

9.1 Manteve-se a colaboração regular da Ordem com o canal de televisão Etv, através da participação semanal do Bastonário em diversos programas, bem como de nossos membros e de outros convidados pela Ordem.

9.2 No âmbito do Protocolo entre a Ordem dos Economistas e a RTP2, manteve-se a participação de Membros da Ordem no programa “Sociedade Civil”.

9.3 De registar, ainda, a intervenção ao longo do ano do Bastonário em diversos meios da comunicação social.

10. Eventos

5º Congresso Nacional dos Economistas

Decorreu no Centro Cultural de Belém, nos dias 8 e 9 de Outubro, o 5º Congresso Nacional dos Economistas, subordinado ao tema “Reinventar Portugal na Nova Economia Global” que constituiu o principal evento realizado em 2013.

De realçar as participações do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho e do Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, na sessão de abertura.

Ainda na cerimónia de abertura do congresso teve lugar a entrega dos “Prémios Carreira” aos membros da Ordem Fernando de Jesus e Mário Valadas.

A escolha do tema teve em consideração a actual conjuntura nacional, nos planos económico e social, e a necessidade de reflexão profunda sobre os desafios do futuro para a nossa economia, num contexto em que se tem vindo a acentuar o debate sobre o ciclo “pós-troika”. Assim, ao longo de 2 dias, foram debatidos os grandes desafios que se deparam a Portugal e as soluções alternativas para que a economia seja mais

9
A
LHA
S
PLA

competitiva e capaz de ultrapassar as suas fragilidades, reforçando o seu papel e o seu desempenho numa economia mundial crescentemente integrada e global.

Os temas abordados e respectivos oradores foram, por ordem cronológica:

- **Que Economia? Desafios da Evolução da Economia no Contexto Global**, com a participação de Eckart Stratenschulte, Félix Ribeiro, João Salgueiro e Joaquim Aguiar, e a moderação de Pedro Santos Guerreiro;

- **Que Tecido Empresarial? O Regresso aos Campos, a Redescoberta do Mar, a Re-industrialização e a Internacionalização das Empresas**, tendo como oradores Daniel Bessa, Pedro Lynce, José Honório e Tiago Pitta e Cunha e José Gomes Ferreira como moderador;

- **Que Estado? O Papel e a Dimensão do Estado nas Próximas Décadas**, com a participação de Fernando Ribeiro Mendes, José Silva Peneda e Teodora Cardoso como oradores e Hugo Bragança Monteiro como moderador;

- **Apresentação de trabalhos elaborados por membros da Ordem sobre o tema do Congresso** iniciou o segundo dia do Congresso, tendo como moderadores Mário Abreu e Raul Marques;

- **Que Qualificação? Os desafios da Educação, da Cultura e da inovação dos nossos Jovens**, contou com a participação dos oradores Gabriela Canavilhas, Eduardo Marçal Grilo e José Ferreira Machado e do moderador Francisco Ferreira da Silva;

- **Que Mercado e que Parceiros? A relação de Parceria com os Países da Diáspora e com os Países Emergentes: Moçambique e Turquia**, com os oradores José Vital Morgado, João Trincheiras e Hüsnü Dilemre e a moderação de Pedro Lima;

- **Marcelo Rebelo de Sousa** foi o Keynote Speaker;

- **Qual a responsabilidade social dos Economistas? E das Empresas**, com os oradores Vítor Bento e Vasco de Mello e a moderação de Cristina Ferreira.

HA
10
MAH
A

De salientar que embora numa situação conjuntural desfavorável, foram reunidos apoios e patrocínios que permitiram realizar o Congresso com resultados positivos.

9ª Conferência Anual da Ordem dos Economistas

A exemplo de anos anteriores, realizou-se, no dia 12 de Novembro de 2013 na Culturgest, em Lisboa, a 9ª Conferência Anual da Ordem dos Economistas que teve por tema "O Orçamento de Estado para 2014" .

A sua estrutura assentou em dois painéis temáticos com os seguintes oradores e moderadores convidados:

- **1º Painel: “ O Orçamento do Estado para 2014”**, contou com Hélder Gomes dos Reis como orador, sendo comentadores Daniel Bessa, José Silva Lopes, Miguel Frasilho e Vítor Escária. Alda Martins esteve a cargo da moderação.

- **2º Painel: “Política Fiscal e Crescimento”** contou com Paulo Nuncio como orador, e com Adriano Pimpão, Carlos Loureiro, Rogério Fernandes Ferreira e Tiago Caiado Guerreiro como comentadores. O moderador foi Hugo Bragança Monteiro.

A Sessão de Abertura contou com as participações de Artur Santos Silva e Carlos Moedas e a Sessão de Encerramento com Maria Luí Albuquerque.

Ciclo de Conferências “A Europa e os Caminhos do Futuro”

Foi realizado um ciclo de conferências designado por “A Europa e os Caminhos do Futuro”, que teve como objectivo debater as opiniões de diversas personalidades conhecedoras da realidade europeia, nomeadamente no que se refere à importância do eixo franco-alemão.

Foram oradores deste ciclo de conferências Rui Martins dos Santos, Emílio Rui Vilar, António Vitorino, Helmut Elfenkämper (Embaixador da Alemanha) e Pascal Teixeira da Silva (Embaixador de França), Francisco Sarsfield Cabral, Vítor Martins e Paulo Sande e ainda os eurodeputados Diogo Feio, Elisa Ferreira e José Manuel Fernandes. O ciclo foi encerrado com uma conferência que teve como orador único o Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa.

I Seminário Ibérico de Economistas

Em parceria com o Consejo General de Economistas de España realizou-se em Madrid o primeiro encontro Ibérico de Economistas, que abordou o tema “Crise Económica Europeia e as Relações Transfronteiriças. O Encontro que reuniu economistas dos dois países teve a participação como oradores de Valentí Pich Rosell, Presidente do Consejo General de Economistas de España, Rui Leão Martinho, nosso Bastonário e Juan – Ramón Cuadrado Roura, Miguel Malaquias Pereira, Juan Velarde Fuertes, Juan-Carlos de Margarida Sanz, José-Maria Casado Raigón, sendo moderadores Lorenzo Lara Lara, Raúl Marques, Roberto Pereira Costa, Juan-Carlos Robles Diaz e Juan-José Santamaria.

Fim de Tarde na Ordem

Prosseguiu-se a realização da iniciativa Fim de Tarde na Ordem que, em 2013, contou com as seguintes participações:

- João César das Neves
- Carlos Melo Ribeiro
- António Nogueira Leite
- Miguel Frasquilho
- Jaime Quesado

Ciclo de Conferências sobre Supervisão e Regulação do Sistema Financeiro

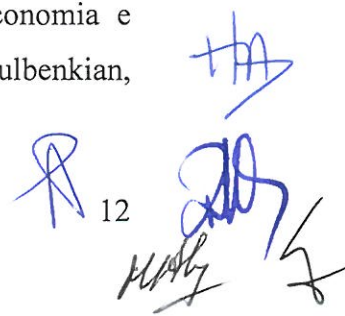
Manteve-se em 2013 a parceria entre a Ordem dos Economistas e o Banco de Portugal, para a realização de conferências sobre Supervisão e Regulação do Sistema Financeiro, que consistiu nas seguintes sessões:

- “Le Maroc à l’épreuve des mutations économiques et sociales”, que teve como orador M. Addellatif Jouahri, Governador do Banco Al-Maghrib de Marrocos;
- “Finally a Recovery? Multiple Speeds and New Risks in th Global Economy”, sendo orador Pier Carlo Padoan, Secretário-Geral Adjunto e Economista Chefe da OCDE.

Conferências sobre Temas Sociais

No âmbito da parceria entre a Ordem dos Economistas e a Revista Economia e Segurança Social, que tem contado com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian,

12



prosseguiu a realização de várias conferências dedicadas a temas sociais, como a seguir descrevemos:

“Conversas sobre Respostas Sociais”

Foram realizadas três sessões debatendo-se em cada uma os temas abaixo indicados:

- Longevidade e Saúde, com João Lobo Antunes, Miguel Gouveia e Amélia Botelho e moderação de Elisa Domingues;
- Longevidade e Educação, com Diogo Lucena, David Justino e Joaquim Azevedo como oradores e Rosália Amorim como moderadora.
- Longevidade, Família e Comunidade, com Luís Barbosa, Teresa Venda e Monsenhor Vítor Feytor Pinto.

Conferência “A Reforma do Estado: Segurança Social, o novo contrato entre gerações”

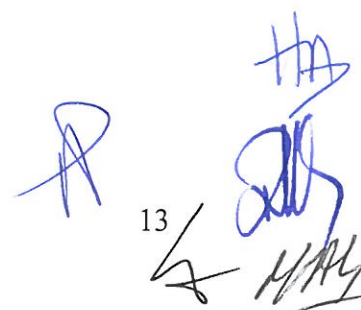
Nesta iniciativa, foram debatidas as condicionantes dos sistemas de segurança social e riscos envolvidos com vista à definição de um contrato social entre gerações.

Participaram como oradores Artur Santos Silva, Pedro Mota Soares, Jorge Bravo, Miguel Gouveia, Vítor Escária, Edward Palmer, Fernando Ribeiro Mendes, André Azevedo Alves, José Tavares, Vítor Bento, Mário Centeno, Álvaro Novo e Fernando Medina. A moderação esteve a cargo de Margarida Corrêa de Aguiar, Diogo Lucena, Carlos Pereira da Silva e Rui Leão Martinho.

Conferência “Orçamento do Estado para 2014 – Saúde e Segurança Social: para onde vamos?”

Abordaram-se as políticas sectoriais da saúde e da segurança social no quadro do Orçamento do Estado para 2014.

Foram oradores Adalberto Campos Fernandes, José Mendes Ribeiro, Maria Margarida Corrêa de Aguiar, Miguel Teixeira Coelho e Paulo Macedo e moderadores Fernando Ribeiro Mendes e Rui Leão Martinho.



Conferência Atractividade do Investimento Directo Estrangeiro

A exemplo de anos anteriores, realizou-se mais uma edição da Conferência Atractividade do Investimento Directo Estrangeiro tendo como orador José Gonzaga Rosa e como comentador Pedro Reis.

Debate sobre a Reforma do IRC

Realizou-se um debate sobre a Reforma do IRC, o qual teve por oradores Paulo Nuncio e António Lobo Xavier.

Apresentação de Manifesto sobre a Dívida Pública

Esta apresentação esteve a cargo de António Pinho Cardão, Clemente Pedro Nunes e José Ribeiro e Castro.

Apresentação do Livro “As Origens do Turismo na Madeira”

Foi feita a apresentação do livro “As Origens do Turismo na Madeira” de Rui Campos Matos por Francisco Clode.

Apresentação do livro “A Competitividade das Nações no Século XXI”

Os apresentadores João Duque e Luís Mira Amaral apresentaram o livro “A Competitividade das Nações no Século XXI” de Rui Vinhas da Silva e Natália Teixeira.

11. Contactos com outras Instituições

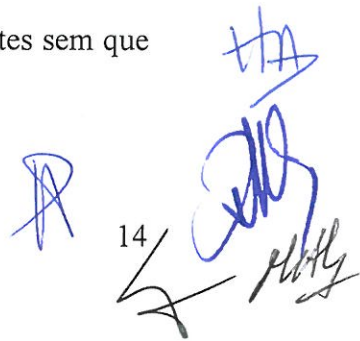
Foram desenvolvidos ao longo do ano diversos contactos com instituições tendo como objectivo a realização de actividades conjuntas (Banco de Portugal, IPCG/APAF, Banque Privée, Revista de Economia e Segurança Social, SPGG - Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia, IDEFF/BDP/ISP, Colégio de Economistas de Espanha e Ernst Young).

12. Revisão dos Estatutos da Ordem

Cumprindo os prazos estabelecidos pelo Governo, em Fevereiro de 2013 foi entregue ao Ministério da Economia a proposta de revisão dos Estatutos da Ordem.

Esta proposta foi objecto de discussão interna e com as entidades competentes sem que tivesse sido possível a aprovação da mesma até ao final de 2013.

14



III – Caracterização da Ordem

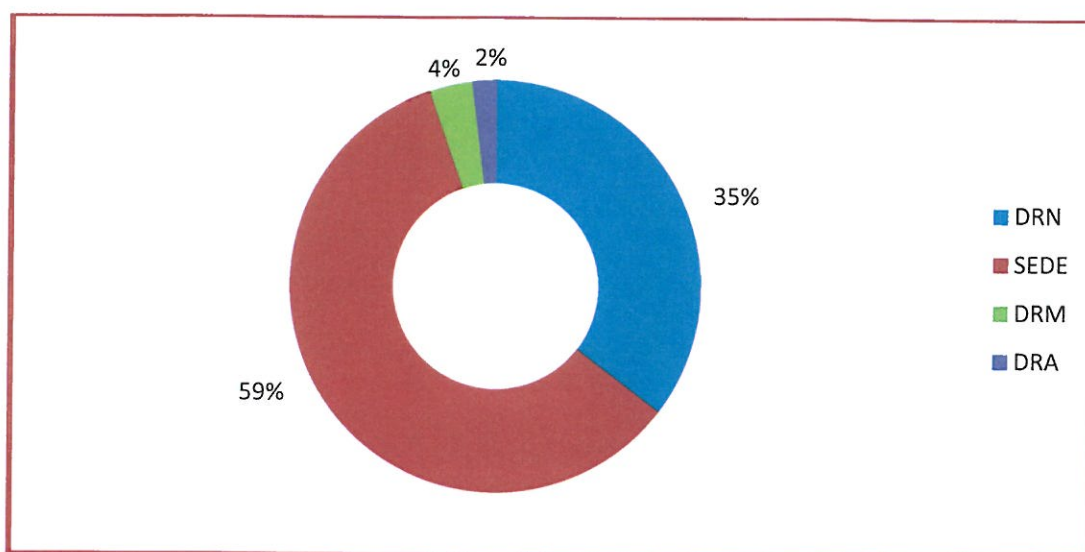
1. Membros

O número de Economistas inscritos na Ordem em 31 de Dezembro de 2013 era de 11.723, o que representa uma redução de 79 membros relativamente a 2012, com a seguinte distribuição por colégio de especialidade:

Colégio de Especialidade		Efectivos	Estagiários	Suspensos	Total
Economia Política	Economia Política	3.322	152	45	3.519
	Análise Financeira	11			11
	Auditoria	11			11
	Análise Financeira/Auditoria	1			1
Economia e Gestão Empresariais	Economia e Gestão Empresariais	7.529	449	134	8.112
	Análise Financeira	32			32
	Auditoria	32			32
	Análise Financeira/Auditoria	5			5
Total		10.943	601	179	11.723

Da análise da distribuição dos Membros por grandes áreas geográficas, apresentada no gráfico seguinte, salienta-se o peso da Sede com 59% e da Delegação Regional do Norte com 35% do total.

Distribuição dos Membros por Grandes Áreas Geográficas (Sede + Delegações)

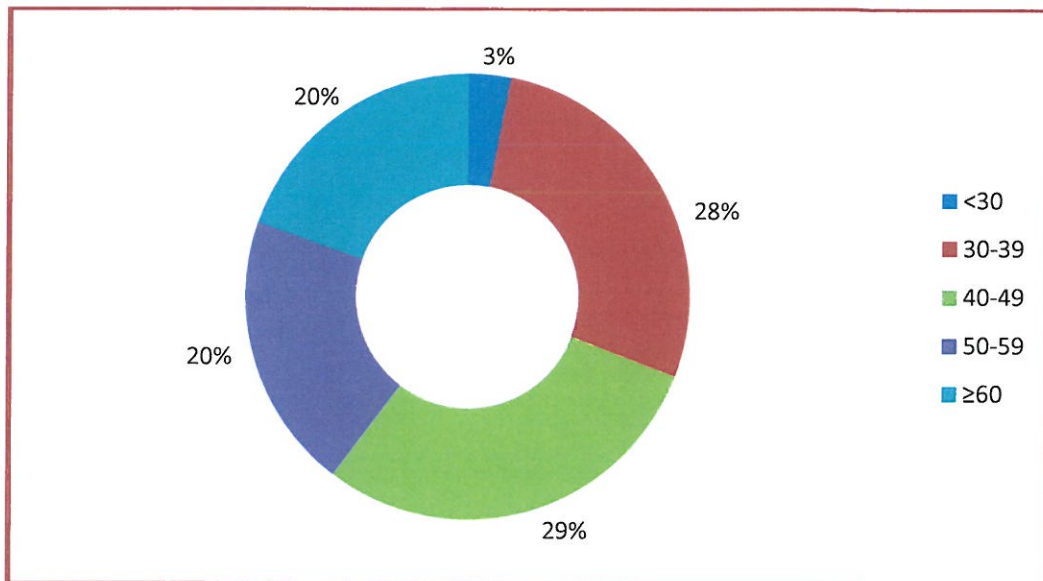


15

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "LTA", "A", and "HAY".

Da análise do gráfico a seguir destaca-se que a maior percentagem dos membros da Ordem se inclui na faixa etária dos 30 aos 49 anos.

Distribuição dos Membros por Faixa Etária



Handwritten signatures and the number 16.

IV – Análise da Situação Económica e Financeira

1. Situação Económica

A evolução da situação económica da Ordem encontra-se reflectida no quadro seguinte:
(em euros)

	2013 (a)	2012 (b)	Variação (a)-(b)	%
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	479.552,20	425.276,18	54.276,02	12,76
GASTOS COM O PESSOAL	405.730,33	384.005,11	21.725,22	5,66
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	40.994,44	47.595,00	-6.600,56	-13,87
PERDAS POR IMPARIDADE	127.385,43	99.812,03	27.573,40	27,63
OUTROS GASTOS E PERDAS	19.502,78	16.476,32	3.026,46	18,37
TOTAL DE GASTOS	1.073.165,18	973.164,64	100.000,54	10,28
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	898.199,99	912.860,00	-14.660,01	-1,61
Jóias	2.900,00	3.500,00	-600,00	-17,14
Inscrições em Eventos	12.911,52	5.579,08	7.332,44	131,43
Outros Proveitos	21.694,36	127,35	21.567,01	
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	112.357,78	93.753,82	18.603,96	19,84
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	10.997,01	20.564,23	-9.567,22	-46,52
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	72.010,60	100.920,87	-28.910,27	-28,65
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.131.071,26	1.137.305,35	-6.234,09	-0,55
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	57.906,08	164.140,71	-106.234,63	-64,72

17



2. Execução Orçamental

Na demonstração de resultados abaixo é apresentada a comparação entre o Orçamento e o Real em 2013:

(em euros)

	2013		Variação (b)-(a)	%
	Orçamento (a)	Real (b)		
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	541.000,00	479.552,20	-61.447,80	-12,81
GASTOS COM O PESSOAL	382.400,00	405.730,33	23.330,33	5,75
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	45.000,00	40.994,44	-4.005,56	-9,77
PERDAS POR IMPARIDADE	107.000,00	127.385,43	20.385,43	16,00
OUTROS GASTOS E PERDAS	50.400,00	19.502,78	-30.897,22	-158,42
TOTAL DE GASTOS	1.125.800,00	1.073.165,18	-52.634,82	-4,90
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	908.640,00	898.199,99	-10.440,01	-1,16
Jóias	2.163,00	2.900,00	737,00	25,41
Inscrições em Eventos	15.000,00	12.911,52	-2.088,48	-16,18
Outros Proveitos		21.694,36	21.694,36	100,00
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	160.000,00	112.357,78	-47.642,22	-42,40
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.700,00	10.997,01	8.297,01	75,45
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	56.000,00	72.010,60	16.010,60	22,23
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.144.503,00	1.131.071,26	-13.431,74	-1,19
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	18.703,00	57.906,08	39.203,08	67,70

3. Situação Financeira e de Tesouraria

A Ordem continua a apresentar uma boa situação financeira, atingindo o Capital Próprio o montante de 2.892.263,38 euros, conforme Balanço em 31 Dezembro de 2013.

A Tesouraria registou uma evolução positiva.

As aplicações financeiras no montante de 375.000,00 euros mantêm-se como “Outros Activos Financeiros”, uma vez que o reembolso é de longo prazo.

4. Investimento

O valor dos investimentos em 2013 foi de 19.791,02 euros, o qual se refere à aquisição de equipamento básico e desenvolvimento de software para a base de associados.

18





V – Resultado do Exercício

Em 2013, foi apurado um resultado positivo de 57.906,08 euros (cinquenta e sete mil novecentos e seis euros e oito cêntimos).

Tal como em anos anteriores, propõe-se que o resultado do exercício seja transferido para o Fundo patrimonial.

Lisboa, 5 de Março de 2014

A Direcção


Rui Adão Duarte
Adriano Pereira
Mário Afonso
Helena Alegria


Demonstrações Financeiras

Balanço

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2013	31-12-2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	95.747,03	107.167,63
Activos intangíveis	6	52.818,93	62.601,75
Outros activos financeiros	7	375.000,00	375.000,00
		523.565,96	544.769,38
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	12	4.715,99	
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	8	152.250,73	139.236,03
Outras contas a receber	9	17.360,19	60.140,64
Diferimentos	10	14.805,19	11.777,49
Outros activos financeiros	7	59.222,43	57.943,29
Caixa e depósitos bancários	4	2.275.760,76	2.176.990,56
		2.524.115,29	2.446.088,01
Total do activo		3.047.681,25	2.990.857,39
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundo patrimonial	11	2.834.357,30	2.670.216,59
Resultado líquido do período		57.906,08	164.140,71
Total do fundo de capital		2.892.263,38	2.834.357,30
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		36.070,75	57.671,73
Estado e outros entes públicos	12	19.940,87	25.701,00
Diferimentos	13	10.000,00	
Outras contas a pagar	14	89.406,25	73.127,36
		155.417,87	156.500,09
Total do passivo		155.417,87	156.500,09
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.047.681,25	2.990.857,39

Direcção

Adriano Pinheiro

Helena Adega

[Signature]

[Signature]

Técnico Oficial de Contas Nº 37322

[Signature]

Demonstração dos Resultados por Natureza

(em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2013	31-12-2012
Vendas e serviços prestados	15	935.705,87	923.244,83
Subsídios, doações e legados à exploração	16	112.357,78	92.575,42
Fornecimentos e serviços externos	17	(479.552,20)	(425.276,18)
Gastos com o pessoal	18	(405.730,33)	(384.005,11)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8;19	(127.385,43)	(99.812,03)
Outros rendimentos e ganhos	20	83.007,61	121.485,10
Outros gastos e perdas	21	(19.502,78)	(16.476,32)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		98.900,52	211.735,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5;6;22	(40.994,44)	(47.595,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		57.906,08	164.140,71
Resultado antes de impostos		57.906,08	164.140,71
Resultado líquido do período		57.906,08	164.140,71

Direcção

Luís Soares Duarte

Adriano Ribeiro

Helena Adega

[Signature]

Maria Ahy

Técnico Oficial de Contas Nº 37222

[Signature]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2013	31-12-2012
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de associados		1.032.905,03	914.943,66
Pagamentos a fornecedores		(501.559,20)	(419.749,88)
Pagamentos ao pessoal		(394.566,70)	(385.484,01)
Caixa gerada pelas operações		136.779,13	109.709,77
Outros recebimentos/pagamentos		(88.949,37)	(40.184,75)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		47.829,76	69.525,02
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>	5	(3.186,02)	(6.014,70)
<i>Activos intangíveis</i>	6	(16.605,00)	
Recebimentos provenientes de:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>			1723,7
<i>Juros e rendimentos similares</i>		72.010,60	107.099,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		52.219,58	102.808,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		100.049,34	172.333,02
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.234.933,85	2.062.600,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.334.983,19	2.234.933,85

Direcção

Qui Beas Dattel

Adriano Raposo

Helena Adega

Maria H

Técnico Oficial de contas N° 37322

[Handwritten signature]

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período de 2012

(em euros)

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	1	11	2.543.012,80	127.203,79	2.670.216,59
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		11		(127.203,79)	(127.203,79)
	2			(127.203,79)	(127.203,79)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	11		164.140,71	164.140,71
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3			36.936,92	36.936,92
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					
Outras Operações		11	127.203,79		127.203,79
	5		127.203,79		127.203,79
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	6=1+4+5	11	2.670.216,59	164.140,71	2.834.357,30

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período de 2013

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	6	11	2.670.216,59	164.140,71	2.834.357,30
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		11		(164.140,71)	(164.140,71)
	7			(164.140,71)	(164.140,71)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	11		57.906,08	57.906,08
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8			(106.234,63)	(106.234,63)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					
Outras Operações		11	164.140,71		164.140,71
	10		164.140,71		164.140,71
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	6+7+8+10	11	2.834.357,30	57.906,08	2.892.263,38

Direcção

Qui Beas Antt

Adriano Pires

Helena Adega

Maria #3

Técnico Oficial de Contas Nº 37322

[Handwritten Signature]

Anexo às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Ordem dos Economistas, sediada na Rua da Estrela, n.º 8, 100-669 Lisboa, é uma associação profissional de direito público, constituída pelo Decreto-Lei n.º 174/98, de 27 de Junho, visando a valorização profissional dos Economistas, sendo assim a entidade que disciplina, salvaguarda os valores e cria as condições de enquadramento e valorização técnico-profissional destes profissionais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente, foram utilizadas normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada: as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento CE N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as características qualitativas da:

- Comparabilidade:

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

Handwritten initials and a number: "RAG", "A", and "24" with arrows pointing to the text above.

- Fiabilidade:

A informação encontra-se isenta de erros materiais e de preconceitos, representando fidedignamente o resultado das operações da Entidade.

- Compreensibilidade e Relevância:

As demonstrações financeiras são compreensíveis, encontrando-se incluída toda a informação considerada relevante para a tomada de decisão dos seus utilizadores.

- Compensação:

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Materialidade e agregação:

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogados e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas disposições do SNC.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os conteúdos das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Activos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Activos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Imposto sobre o rendimento

A Ordem dos Economistas, encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do CIRC, de acordo com despacho do Ministério das Finanças de 30 de Março de 1990.

- Outros valores a receber

As contas de “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito proveniente das prestações de serviços (joias, quotas, inscrições em eventos e outros) apenas é reconhecido quando: i) são emitidas para cobrança (periodicidade anual ou semestral), ii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Entidade e (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efetuadas pela Direcção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber.

De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor das perdas por imparidade nas dívidas dos associados corresponde ao total dessas dívidas até ao final do exercício anterior.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

- Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

4. Caixa e Depósitos Bancários

Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos ocorridos na rubrica de caixa e depósitos bancários:

(em euros)

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 071,81	15 887,02	15 873,76	1 085,07
Depósitos à ordem	143 418,75	8 465 064,08	8 485 307,14	123 175,69
Outros depósitos bancários	2 032 500,00	4 689 000,00	4 570 000,00	2 151 500,00
Total	2 176 990,56	13 169 951,10	13 071 180,90	2 275 760,76

5. Activos Fixos Tangíveis

a) Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;

b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos;

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

5.1 Divulgações sobre Activos Fixos Tangíveis, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Valor Bruto no Início	10 599,46	97 377,85	417 078,17	58 695,15	583 750,63
Depreciações acumuladas		74 132,95	382 239,69	20 210,36	476 583,00
Valor Líquido no início do período	10 599,46	23 244,90	34 838,48	38 484,79	107 167,63
Variações do período		-964,54	-9 417,79	-1 038,27	-11 420,60
Total de Aumentos			3 186,02		3 186,02
Aquisições em primeira mão			3 186,02		3 186,02
Total diminuições		964,54	12 603,81	1 038,27	14 606,62
Depreciações do período		964,54	12 603,81	1 038,27	14 606,62
Saldo no fim do período	10 599,46	22 280,36	25 420,69	37 446,52	95 747,03
Valor bruto no fim do período	10 599,46	97 377,85	420 843,74	58 695,15	587 516,20
Depreciações acumuladas no fim do período		75 097,49	395 423,05	21 248,63	491 769,17

5.2 Outras divulgações

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	Custo de aquisição			
Edifícios e outras construções	Custo de aquisição	Linha recta	5 a 50 anos	2 a 20 %
Equipamento administrativo	Custo de aquisição	Linha recta	1 a 10 anos	10 a 100 %
Outros activos fixos tangíveis	Custo de aquisição	Linha recta	5 a 8 anos	12,50 a 20 %

THA

 L

 29

6. Activos Intangíveis

6.1 Divulgações para cada classe de activos intangíveis, conforme quadro seguinte:

(em euros)

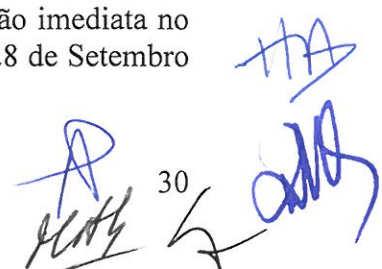
Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	Total
Valor bruto total no fim do período	258 300,46	1 444,33	259 744,79
Amortizações acumuladas totais no fim do período	206 925,86		206 925,86
Vida útil indefinida			
Valor bruto no início		1 444,33	1 444,33
Saldo no final do período		1 444,33	1 444,33
Vida útil definida			0,00
Valor bruto no início	241 695,46		241 695,46
Amortizações acumuladas	180 538,04		180 538,04
Saldo no início do período	61 157,42		61 157,42
Variações do período	-9 782,82		-9 782,82
Aquisições em 1ª mão	16 605,00		16 605,00
Total aumentos	16 605,00		16 605,00
Amortizações do período	26 387,82		26 387,82
Total diminuições	26 387,82		26 387,82
Saldo no final do período	51 374,60		51 374,60
Saldo no final do período Intangíveis (Vida Útil Definida e Indefinida)	51 374,60	1 444,33	52 818,93

6.2 Outras divulgações

Descrição	Base mensuração	Método depreciação	Vida útil	Taxa depreciação
Programas de computadores	Custo de aquisição	Linha recta	3 a 6 anos	16,66 – 33,33 %
Propriedade industrial	Custo de aquisição	não definida		0 %

7. Outros Activos Financeiros

A Entidade tem uma aplicação financeira de curto prazo com mobilização imediata no valor de 59.222,43 euros e um produto financeiro, com vencimento em 28 de Setembro de 2015, no montante de 375.000,00 euros.

30


(em euros)

Outros Activos Financeiros	31-12-2013	31-12-2012	Varição
Correntes	59.222,43	57.943,29	1.279,14
Não correntes	375.000,00	375.000,00	
Total	434.222,43	432.943,29	1.279,14

8. Associados

A rubrica Associados apresenta um valor de 152.250,73 euros, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Rubrica	31-12-2013	31-12-2012	Varição
Quotas em dívida	612.221,24	487.954,61	124.266,63
Imparidades	-450.939,88	-339.503,64	-11.436,24
Saldo a Favor dos Associados	-9.030,63	-9.214,94	184,31
Total	152.250,73	139.236,03	13.014,70

8.1 Quotas em dívida

O valor de quotas em dívida ascendia a 612.221,24 euros, com a seguinte decomposição anual:

(em euros)

Ano	Quotas em dívida 31-12-2013	Quotas em dívida 31-12-2012	Varição	Quotas com Perdas por Imparidade Reconhecidas a 31-12-2013
2013	161.281,36		161.281,36	0,00
2012	127.385,43	148.450,97	-21.065,54	127.385,43
2011	92.824,20	99.812,03	-6.987,83	92.824,20
2010	72.908,60	76.525,18	-3.616,58	72.908,60
2009	57.837,46	60.097,02	-2.259,56	57.837,46

31

continuação (em euros)

Ano	Quotas em dívida 31-12-2013	Quotas em dívida 31-12-2012	Varição	Quotas com Perdas por Imparidade Reconhecidas a 31-12-2013
2008	43.611,46	44990,68	-1.379,22	43.611,46
2007	22.721,18	23.649,01	-927,83	22.721,18
2006	14.913,06	15.302,03	-388,97	14.913,06
2005	9.462,67	9.702,22	-239,55	9.462,67
2004	5.896,21	6045,86	-149,65	5.896,21
2003	2.922,77	2922,77	0,00	2.922,77
2002	441,87	441,87	0,00	441,87
2001	14,97	14,97	0,00	14,97
Total	612.221,24	487.954,61	124.266,63	450.939,88

8.2 Perdas por Imparidade acumuladas

As perdas acumuladas atingem o valor de 450.939,88 euros, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Perdas por imparidade	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
31-12-2013	339.503,64	127.385,43	-15.949,19	450.939,88
31-12-2012	279.636,61	99.812,03	-39.945,00	339.503,64
Varição	59.867,03	27.573,40	23.995,81	111.436,24

8.3 Valor a Favor dos Sócios

Em 31 de Dezembro de 2013 o valor relativo a saldos a favor dos sócios ascendia a 9.030,63 euros.

9. Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica Outras contas a receber apresentava o valor de 17.360,19 euros, relativos a:

Devedores por acréscimo de rendimentos – Juros a receber – 16.010,19 euros, decomposição por entidade bancária (ver nota 20.1)

32

- Devedores diversos – 1.350 euros, respeitante à caução do contrato de arrendamento das instalações, da Delegação Regional dos Açores à empresa Administração Sol-Mar, Lda..

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013, o valor de diferimentos ascendia a 14.805,19 euros, representativo de gastos do ano de 2014 pagos no ano de 2013, com a seguinte decomposição:

(em euros)

Descrição	Valor
Licenças de Software	11 411,39
Rendas	1 451,65
Seguros	44,10
Outros gastos a reconhecer	1 898,05
Total	14 805,19

11. Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1 Fundos Patrimoniais


Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Fundos Patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

(euros)

Fundos Patrimoniais	31-12-2013	31-12-2012	Varição
Fundo Patrimonial	2.834.357,30	2.670.216,59	164.140,71
Resultado líquido do período	57.906,08	164.140,71	-106.234,63
Total	2.892.263,38	2.834.357,30	57.906,08

11.2 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Ordem apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.


33

12. Impostos e Contribuições

Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições:

(em euros)

Descrição	Saldo Devedor do período	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor do período	Saldo Credor Período Anterior
Retenção na Fonte Efetuada por Terceiros	3 731,11			
Retenção de impostos sobre rendimentos			9 912,84	4 928,74
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	984,88			15 710,84
Contribuições para a Segurança Social			10 028,03	5 061,42
Total	4 715,99	-	19 940,87	25 701,00

13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica Diferimentos apresentava o valor de 10.000,00 euros, relativos ao apoio da “Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento”, para serem utilizados no “Programa de Liderança e Inovação” pela Delegação Regional dos Açores durante o ano de 2014.

14. Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica Outras Contas a Pagar apresentava o valor de 89.406,25 euros, relativos a:

(em euros)

Descrição	31-12-2013	21-12-2012
Acréscimo de gastos com remunerações a liquidar em 2014	52.225,24	50.314,85
Credores diversos	19.022,90	18.225,37
Fornecedores Imobilizado	13.499,25	
Outros Acréscimos de gastos	4.160,86	3.449,57
Outras operações com o pessoal		639,57
Consumos a liquidar	498,00	498,00
Total	89.406,25	73.127,36

34



15. Réditos

15.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Descrição	31-12-2013	31-12-2012	Variação
Prestação de Serviços	935.705,87	923.244,83	12.461,04
Subsídios à exploração	112.357,78	92.575,42	19.782,36
Juros	72.010,60	100.920,87	-28.910,27
Outros réditos	10.997,01	20.564,23	-9.567,22
Total	1.131.071,26	1.137.305,35	-6.234,09

15.1.1 O rédito da categoria Prestação de Serviços é decomposto por:

(em euros)

Descrição	31-12-2013	31-12-2012	Variação
Quotas	898.200,00	912.860,00	-14.660,00
Jóias	2.900,00	3.500,00	-600,00
Inscrições em eventos	12.911,51	5.579,08	7.332,43
Livros (Madeira)	19.283,14		19.283,14
Outros	2.411,22	1.305,75	1.105,47
Total	935.705,87	923.244,83	12.461,04

16. Subsídios à Exploração

Em 31 de Dezembro de 2013, o valor registado de 112.357,78 relativo a subsídios à exploração é decomposto por vários valores, atribuídos por diversas entidades à Ordem dos Economistas no âmbito de patrocínio a eventos e protocolos estabelecidos.


 35


17. Fornecimentos e Serviços Externos Outras informações

Discriminação dos Fornecimentos e Serviços Externos

(em euros)

Descrição	31-12-2013	31-12-2012	Variações
Serviços especializados	262.685,62	265.105,72	-2.420,10
Trabalhos especializados	111.006,02	103.915,41	7.090,61
Publicidade e propaganda	13.175,91	14.034,45	-858,54
Vigilância e segurança	983,84	353,66	630,18
Honorários	123.316,30	121.155,80	2.160,50
Conservação e reparação	2.598,87	12.866,19	-10.267,32
Outros	11.604,68	12.780,21	-1.175,53
Materiais	37.510,16	25.582,10	11.928,06
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.731,47	669,56	2.061,91
Livros e documentação técnica	19.111,78	5.359,00	13.752,78
Material de escritório	14.727,15	17.620,84	-2.893,69
Artigos para oferta	939,76	1.932,70	-992,94
Energia e fluidos	12.049,90	12.106,57	-56,67
Electricidade	10.594,26	10.415,78	178,48
Água	1.455,64	1.690,79	-235,15
Deslocação, estadas e transportes	13.034,69	11.504,09	1.530,60
Deslocações e estadas	12.546,50	10.650,34	1.896,16
Transporte de mercadorias	29,52	86,10	-56,58
Outros	458,67	767,65	-308,98
Serviços Diversos	154.271,83	110.977,70	43.294,13
Rendas e Alugueres	48.880,77	31.755,67	17.125,10

continuação (em euros)

Descrição	31-12-2013	31-12-2012	Variações
Comunicação	47.487,75	31.866,00	15.621,75
Seguros	226,97	492,29	-265,32
Despesas de representação		20,00	-20,00
Limpeza, higiene e conforto	13.754,12	12.685,81	1.068,31
Outros serviços	43.922,22	34.157,93	9.764,29
Total	479.552,20	425.276,18	54.276,02

18. Gastos com o Pessoal

18.1 Pessoal ao serviço da Ordem

O quadro de pessoal da Ordem é composto por 17 colaboradores, em que dois deles trabalham a tempo parcial.

Descrição	Nº Médio de Pessoas do período	Nº Médio de pessoas do período anterior
Pessoas remuneradas	17	16
Pessoas a tempo completo	15	15
Pessoas a tempo parcial	2	1
Pessoas ao serviço da Ordem por sexo	17	16
Masculino	6	6
Feminino	11	10

18.2 Benefícios dos Empregados e Encargos da Entidade

(em euros)

Descrição	31-12-2013	31-12-2012	Variação
Gastos com o pessoal	405.730,33	384.005,11	21.725,22
Remunerações do pessoal	325.951,12	309.307,74	16.643,38
Encargos sobre remunerações	65.386,47	61.557,28	3.829,19
Seguros de Acidentes no trabalho e doenças profissionais	13.155,04	11.491,08	1.663,96
Outros gastos com o pessoal	1.237,70	1.649,01	-411,31

37

19. Imparidades

As perdas por imparidade em dívidas a receber relativas a associados ascenderam no exercício de 2013 a 127.385,43 euros.

De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor dos ajustamentos de dívida a receber de associados reflecte o valor das dívidas de associados até ao final do ano de 2012.

(em euros)

Perdas por imparidades	31-12-2013	31-12-2012	Varição
Outras dívidas a receber	127.385,43	99.813,03	27.572,40

20. Outros Rendimentos e Ganhos

Os Outros Rendimentos e Ganhos incluem:

(em euros)

Descrição	31-12-2013	31-12-2012	Varição
Juros obtidos	72.010,60	100.920,87	-28.910,27
Correcções relativas a períodos anteriores	2.065,52	15.000,08	-12.934,56
Rendimentos suplementares sub-locação à C.C. Luso Britânica	2.690,52	2.690,52	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		1.723,70	-1.723,70
Recuperação de dívidas a receber	5.269,64		5.269,64
Restituição de impostos	971,33	1.149,93	-178,60
Total	83.007,61	121.485,10	-38.477,49

20.1 Juros Obtidos

Valor dos juros referentes ao período, com a seguinte decomposição por banco:

(em euros)

Banco	Juros de 2012 recebidos em 2013	Juros Recebidos	Juros de 2013 a receber em 2014	Total
Montepio Geral	-11 633,83	25 789,09	9 176,22	23 331,49
BANIF	-6 942,58	21 225,43	1 384,76	15 667,61
Millennium BCP	-6 129,73	24 667,07	3 767,67	22 305,01
BPI			1 681,54	1 681,54
BES		9 024,95		9 024,95
Total	-24 706,14	80 706,54	16 010,19	72 010,60

21. Outros Gastos e Perdas

Os valores registados em outros gastos e perdas, correspondem a:

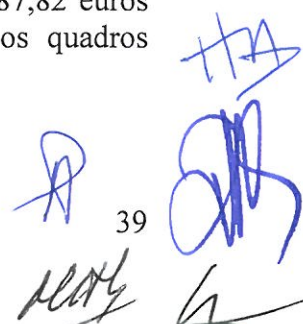
(em euros)

Descrição	31-12-2013	31-12-2012	Varição
Dívidas incobráveis		8.503,03	-8.503,03
Correcções relativas a períodos anteriores	1.251,11	2.956,80	-1.705,69
Quotizações	15.825,64	2.620,00	13.205,64
Impostos	1.592,28	1.313,01	279,27
Donativos	450,00	616,00	-166,00
Outros gastos e perdas	383,75	467,48	-83,73
Total	19.502,78	7.973,29	11.529,49

22. Gastos de Depreciação e Amortização

No ano 2013 foram reconhecidos 14.606,62 euros de depreciações e 26.387,82 euros relativos a amortizações, totalizando 40.994,44 euros, de acordo com os quadros seguintes:

39



(em euros)

Depreciações Activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Ferramentas e utensílios	Administrativo	Outros	Total
Depreciações acumuladas iniciais	74 132,95	82,81	382 239,69	20 127,55	476 583,00
Depreciações do exercício	964,54	4,25	12 603,81	1 034,02	14 606,62
Depreciações acumuladas finais	75 097,49	87,06	395 423,05	21 161,57	491 769,17

(em euros)

Amortizações Activos intangíveis	Programas de computador	Total
Amortizações acumuladas iniciais	180 538,04	180 538,04
Amortizações do Exercício	26 387,82	26 387,82
Amortizações acumuladas finais	206 925,86	206 925,86

23. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foram autorizadas para emissão, pela Direcção, em 5 de Março de 2014.

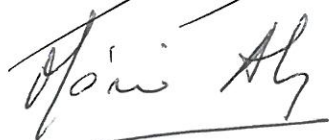
Direcção



António Augusto







TOC



Conselho Fiscalizador de Contas

Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2013

Em cumprimento do Estatuto da Ordem dos Economistas apresentamos o Relatório da nossa actividade e o Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas apresentado pela Direcção da Ordem dos Economistas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Analisámos os documentos apresentados pela Direcção, designadamente o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, nomeadamente o Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.

Foram-nos prestados, quer pela Direcção, quer pelos Serviços, todos os esclarecimentos solicitados.

Em resultado dos exames efectuados, é nossa convicção que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Direcção satisfazem as disposições estatutárias.

Tendo por base as verificações efectuadas, somos de parecer:

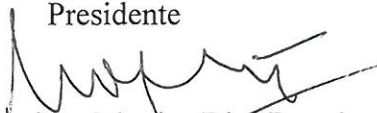
- 1 - Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e Contas apresentados pela Direcção, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
- 2 - Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pela Direcção.

Lisboa, 13 de Março de 2014

O Conselho Fiscalizador de Contas



Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro
Presidente



Rogério Francisco Martins Dias Beatriz
Vice-Presidente



Joaquim António Pinto de Matos
Vogal